



BRIZOLISMO, PETEBISMO E OS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS NO RIO GRANDE DO SUL

Marli de Almeida¹

Os Grupos de Onze foram formados no final do ano de 1963, a pedidos do ex-governador do Rio Grande do Sul e então Deputado Federal Leonel Brizola, liderança política do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foram articulados tendo em vista o contexto político e social altamente conturbado da época, visto que, no contexto de Guerra Fria, a atuação dos setores esquerdistas em prol das reformas de base e a mobilização popular, alarmaram os setores conservadores que conspiraram para a deposição do presidente João Goulart, líder nacional do PTB.

Considerando que o país caminhava para um confronto e visando pressionar o Congresso a aprovar as reformas de base apresentadas por Goulart, Brizola dirigiu inflamados discursos à nação através da rádio Mayrink Veiga, conclamando o povo a se organizar em “Grupos de Onze”, como um time de futebol. Atendendo ao chamado, admiradores de Brizola passaram a organizar os tais grupos nas mais diversas partes do país, sendo a adesão ao movimento muito significativa no Rio Grande do Sul.

No contexto de formação dos Grupos de Onze havia uma intensa luta pelo poder, conceito que, conforme Barros, rege os caminhos internos da História Política². Nessa luta, imagens são criadas e usadas como instrumento de poder, tanto para reforçar a posição do grupo em torno de suas bandeiras de luta como para desqualificar o opositor.

Alardeados pela imprensa como grupos paramilitares, prontos a desencadear a guerra revolucionária e implantar o comunismo no Brasil, imediatamente após o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, os Grupos de Onze foram alvo de repressão, mesmo sem ter esboçado qualquer reação ao regime recém instituído. A vigilância, as perseguições, as prisões e as torturas a que foram submetidos os envolvidos com os grupos motivaram pedidos de indenização por perseguição

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação da Universidade de Passo Fundo (UPF), apoio CAPES. E-mail: mardab411@gmail.com.

² BARROS, José D'Assunção. História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. In: <http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/histocc81ria-police81tica-dos-objetos-tradicionais-ao-estudo-dos-micropoderes-do-discurso-e-do-imaginacc81rio.pdf>. p. 4. Acesso em 12/01/2016.

política após a aprovação da Lei 11.042, de 18 de novembro de 1997.³ Esse artigo se baseia nas informações prestadas em 440 processos, indenizados ou não, impetrados à Comissão Especial de Indenização. Os processos selecionados são os que os requerentes alegam prisão ou perseguição por envolvimento com os Grupos de Onze ou por estarem citados em outros processos como membros dos referidos grupos.

Ouvindo o chamado

Leonel de Moura Brizola, figura relevante na política brasileira, no período democrático pré 1964, protagonizou um dos maiores levantes civis, o movimento da Legalidade, responsável pela posse de João Goulart como presidente. Tornou-se, então, uma liderança importante das esquerdas brasileiras.

Brizola era admirado e seguido por milhares de pessoas. Sua atuação política como Deputado Estadual, Prefeito de Porto Alegre, Governador do Estado do Rio Grande do Sul e Deputado Federal tornavam-no merecedor da confiança de grande parcela do povo. Essa confiança e admiração foram decisivas para a formação dos Grupos de Onze, seja via partidária – por meio do PTB –, ou espontânea, quando após ouvirem sua fala no programa de rádio, admiradores saíram em busca de pessoas que aderissem à ideia, preenchendo uma lista de onze nomes. Gelsomino Appi, de Erechim, afirmou: “Sempre fui admirador de Brizola. Não tinha nada de comunismo, nada, apenas admirávamos Brizola”⁴. Artêmio Moccelin, de Mariano Moro, justificou sua assinatura na lista como “uma homenagem ao ex-deputado estadual Leonel de Moura Brizola”⁵. Elza Kitzman, de Giruá, relatou à Comissão Especial de Indenização que o marido falecido “era adepto do Partido Trabalhista Brasileiro e fanático pelo ex-governador Leonel Brizola”⁶. A filha de Gentil Antonio dos Santos, de Passo Fundo asseverou que seu pai “era fanático pelos ideais políticos de Leonel Brizola”⁷.

³ Lei 11.042, de 18 de novembro de 1997, que “reconhece a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabelece normas para que sejam indenizadas”, e no seu art. 1º: “O Estado do Rio Grande do Sul indenizará, nos termos desta Lei, as pessoas que, presas ou detidas, legal ou ilegalmente, por motivos políticos entre os dias 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, que tenham sofrido sevícias ou maus tratos, que acarretaram danos físicos ou psicológicos, quando se encontravam sob guarda e responsabilidade ou sob poder de coação de órgãos ou agentes públicos estaduais.” e criada a Comissão Especial de Indenização para receber e avaliar os pedidos de indenização. In: http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=7583&hTexto=&Hid_I_DNorma=7583. Acesso em 22/07/2015

⁴ APPI, Gelsomino. Apud. BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde estão os Grupos de Onze?: Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS*. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 94.

⁵ Artemio Moccelin. 29/04/64. Processo 6068-1200/98-0. (grifos do documento).

⁶ Alfredo Kitzman. Processo 2716-1200/98-4

⁷ Gentil Antonio dos Santos. Processo 5930-1200/98-0

A comunicação direta com o povo, a partir de programas de rádio, era prática comum a Brizola, desde a época que era Prefeito de Porto Alegre e, segundo Schilling, teve importante papel na conscientização e politização populares. Ele inovou ao manter o diálogo permanentemente com o povo, tanto na prefeitura de Porto Alegre, quanto no Governo do Rio Grande do Sul, através de "milhares de cartas que recebia e das palestras radiofônicas semanais que realizava."⁸

Ouvir as palestras de Brizola transmitidas pelo rádio era um hábito comum entre os trabalhadores, milhares de pessoas acompanhavam seus programas, principalmente no Rio Grande do Sul. Ciente desse potencial, ele divulgava sua ideologia anti-imperialista e reformista, exigindo a execução das reformas, sobretudo a agrária.⁹ A filha de Luiz Gonzaga da Silva, da cidade de São Luiz Gonzaga, contou que seu pai “em sua casa sempre reunia grupos de pessoas para ouvir a fala de Leonel Brizola pela rádio”.¹⁰ De acordo com o depoimento de Valdetar Dornelles, da cidade de Três Passos, era mesmo um evento social, pois a comunidade local se reunia nas sextas à noite, os homens assavam churrasco, as mulheres levavam quitutes e os rapazes e as moças aproveitavam para namorar. Ouviam as pregações de Brizola e ficavam debatendo as propostas do líder político.¹¹

Os Grupos de Onze podem ser considerados um fenômeno radiofônico, visto que o chamamento para a sua organização foi feito pelas ondas da Rádio Mayrink Veiga. Os modernos meios de comunicação de massa e informações, conforme Julliard, “tornam imediatamente políticos um grande número de acontecimentos, conferindo-lhes grande repercussão pública. Não há acontecimento que seja político por natureza, mas que tal se torna pela repercussão que alcança numa sociedade”.¹² No rádio eram feitos os apelos à formação dos Grupos de Onze e também eram divulgados/alardeados os grupos já formados com certo exagero de números e de capacidade de mobilização, o que contribuía tanto para incentivar a formação de novos grupos como para alarmar a direita conservadora perante essa mobilização popular.

A cartilha dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”, composta por dez páginas impressas, era enviada por Brizola e continha as diretrizes gerais e o modelo de ata para a constituição do grupo. Após constituído, deveria ser enviada a ata de formação com a lista com os onze integrantes para a rádio Mayrink Veiga, na Guanabara. Essa cartilha também foi publicada no jornal *O Panfleto*¹³, em 17 de fevereiro de 1964.

⁸ SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979. v.1, p. 228.

⁹ As esquerdas radicais, das quais Leonel Brizola era o principal representante, davam bastante ênfase à reforma agrária, quase esquecendo as demais. BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Ijuí: Unijuí, 1999. p. 272.

¹⁰ Luiz Gonzaga da Silva. 05/1-/2002. Processo 2877-1200/02-1.

¹¹ DORNELES, Valdetar. Entrevista à autora em 22 de novembro de 2014.

¹² JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 184.

¹³ Como é comum em organizações de esquerda, o grupo dentro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que seguia a liderança de Leonel Brizola tinha o seu jornal: foi o caso de *Panfleto*. FERREIRA, Jorge. *Panfleto - as esquerdas e o*

Nos programas de rádio, e na cartilha para a *Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*, Leonel Brizola conclamava o povo à organização, alertando que tinham passado “a viver momentos decisivos de nossas vidas e de nossa história”.¹⁴ Antevendo o golpe civil-militar que ocorreu em 31 de março de 1964 ele proclamava que aproximavam-se “rapidamente de um desfecho”.¹⁵

Descrente da aprovação das reformas via Congresso Nacional, Brizola fazia duras críticas à classe dominante, alertando que a “ordem para esta minoria é a ordem dos cemitérios; democracia é o regime de minorias privilegiadas; desenvolvimento econômico é o enriquecimento dos grupos e empobrecimento do povo; em matéria de liberdade a única que defendem mesmo é a liberdade de lucrar e fazer negócios”¹⁶. Invocando a memória de Getúlio Vargas, que “decidiu morrer para que nós despertássemos”, exortava todos os brasileiros a se unirem: “Homens e mulheres que se disponham a lutar em defesa de nossas conquistas democráticas, por uma democracia autêntica, pela realização imediata das reformas de base e pela libertação do nosso povo da espoliação nacional”¹⁷, poderia fazer parte dessa organização popular simples, pois uma pessoa que juntasse mais dez amigos ou conhecidos formaria um “grupo de onze”, como um time de futebol, esporte no qual o povo brasileiro tinha a sua melhor experiência. Brizola contava com a iniciativa de cada um, de qualquer pessoa para a formação dos seus Comandos Nacionalistas:

Assim, qualquer brasileiro que tenha sua consciência de patriota, queimando de inconformidade com os sofrimentos e injustiças que aí estão esmagando nosso povo, onde quer que se encontre, pode e deve tomar a iniciativa junto aos seus companheiros e amigos, de sua vizinhança (em primeiro lugar), de sua fábrica, de escritório, da sua classe, do rincão onde vive, pelas lavouras e pelos campos, para a organização de um “Grupo de Onze” reunir-se e fundar a organização.¹⁸

Esse chamado, ouvido nas mais diversas partes do Estado, foi atendido.

O PTB formando Grupos de Onze

Para René Remond, praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político, e que o político se relaciona com o poder.

"jornal do homem da rua". *Varia hist.* vol.26 no.44 Belo Horizonte July/Dec. 2010. In: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752010000200014>. Acesso em: 18/04/2014.

¹⁴ BRIZOLA, Leonel de Moura. *Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*. Acervo de folhetos do Centro de Documentação sobre AIB e PRP – Guia de Fontes – 47. p.1.

¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶ Idem, p. 3.

¹⁷ Idem, p.1.

¹⁸ Idem, p.8.

Segundo o autor, “a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque tem como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder”¹⁹. Através do exercício do poder pode-se interferir em outros aspectos da sociedade, pois “a lei autoriza ou proíbe, encoraja ou impede. Os créditos públicos suscitam, ajudam, favorecem. A decisão política pode criar situações inteiramente novas que abrem um campo para todo tipo de atividade”²⁰.

O PTB estava no poder! João Goulart, presidente nacional do partido era o Presidente da República e tentava aprovar um programa de reformas de base. Entre elas encontrava-se a reforma agrária, que era especialmente contestada e associada ao comunismo pelos tradicionais proprietários de terra e grupos conservadores.

Conforme D’Araujo, o PTB foi o “primeiro partido moderno de massas do país, solidamente apoiado no voto metropolitano”, sendo que se converteu no “principal fórum de agitação e debate do ideário nacionalista e das reformas de base”.²¹ Essa agitação ganhou intensidade durante o governo de João Goulart, com fortes mobilizações favoráveis e contrárias às reformas. Sobre o programa das reformas de base no PTB, Almeida explica que:

Entre os finais dos anos 1940 e início dos anos 1950 as diversas seções estaduais do PTB, bem como as suas principais lideranças vinham discutindo o programa e o delineamento das chamadas reformas de base. Foi assim que, sob essa ampla denominação esteve fortemente reunido um conjunto bastante expressivo de iniciativas que incluíam as reformas: bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e, também, universitária. Nessa época, sustentou-se inclusive, a necessidade de estender o voto aos analfabetos e às patentes subalternas das Forças Armadas, dentre eles, por exemplo, os marinheiros e os sargentos. Além disso, defendia-se medidas que poderiam ser caracterizadas como de cariz nacionalista, as quais previam uma intervenção efetiva mais ampla do Estado na vida econômica do país além do maior controle dos investimentos estrangeiros mediante a regulamentação das remessas de lucro para o exterior.²²

O debate sobre as reformas de base já tramitava praticamente durante toda a década de 1950, entre os principais membros do PTB e nas seções regionais do partido, especialmente a partir de 1958, no governo de Juscelino Kubitschek. Como o líder do PTB era o presidente do país, o momento parecia propício para a implantação dessas reformas, mesmo enfrentando fortes reações dos que perderiam privilégios ou que tinham medo do que essas mudanças podiam significar. Leonel Brizola, líder regional do PTB e grande liderança popular, nacionalista e de esquerda, pressionava o governo pela realização das reformas mesmo que tivesse de fechar o Congresso para

¹⁹ RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp. 441-450. p. 444

²⁰ RÉMOND, op. cit. p. 447.

²¹ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-64*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.15.

²² ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Interfaces do político: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2015. p.163.

isso²³, e ameaçava o Congresso com a força do povo organizado.²⁴ Brizola, que se mostrou o petebista mais ousado e radical defesa dos direitos de Goulart legitimou-se no partido, e, enquanto a seção gaúcha do PTB dava a João Goulart sustentação política nacional, este lhe cedia ampla autonomia para suas campanhas de mobilização popular²⁵, como ocorreu com os Grupos de Onze Companheiros.

A relação da formação dos Grupos de Onze com o PTB é mencionada em nove processos, sendo que apenas um admite ter recebido orientação do diretório regional para que os organizasse. Foi o caso de Hillario Fernandes Oltramari, de Erval Grande, que afirmou que “era o Presidente do Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro, tendo recebido comunicação do Diretório Regional para formar o GRUPO DE ONZE”.²⁶ Porém, depoimentos publicados nas obras *Comandos Nacionalistas no interior do Rio Grande do Sul: notas preliminares*, de Carla Brandalise e Marluza Marques Harres e na obra “*Todos contra o PTB*”: *disputas políticas no norte do Rio Grande do Sul (1961/1964)*, de Claudio Damião Braun, demonstram uma atuação ativa do PTB, especialmente a ala brizolista, na organização dos Comandos Nacionalistas. É o que conta Ney Ortiz Borges, companheiro político de Leonel Brizola, que foi vereador em Porto Alegre, deputado estadual e deputado federal. Segundo ele, a “formação desse movimento [Grupos de Onze] estava diretamente ligada ao Brizola que era seu idealizador, contudo os companheiros eram incentivados a participar e a enviar a relação dos grupos de cada município”.²⁷ Hermeto Araujo, vereador e prefeito pelo PTB, acentua a atuação partidária na formação dos grupos. Segundo ele

foi em outubro de 1963 que o Brizola criou os Grupos de Onze. Então nos reunimos, Sarandi, Constantino e Nonoi, juntamos aquele pessoal ... 11 companheiros do PTB, da cepa, como dizíamos e criamos o Grupo dos 11. O Grupo do grande Sarandi. Criamos o grande Grupo de Sarandi primeiro, depois cada um foi formando seus grupinhos.²⁸

²³ “Leonel Brizola, despontando como grande liderança no campo da esquerda, afirmava que o Congresso não aprovaria a reforma agrária. Ao aceitar a emenda o parlamentarismo, argumentava o líder gaúcho, os parlamentares perderam a legitimidade política. Assim, ele incitava Goulart a fechar o Congresso, a assumir seus poderes de fato e a realizar as reformas, sobretudo a agrária, desconhecendo a Constituição”. FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 271.

²⁴ “[...] Vou, Sr. Presidente, para o contato dessas multidões esquecidas da justiça social, famintas e maltrapilhas. Vou para o contato delas, vou relatar como está funcionando o Congresso ... [...] Vou para o contato do povo, sem abandonar essa missão que procuro e procurarei desempenhar com o máximo de dedicação nesta Casa, **mas vou alterar o nosso povo, porque estou convencido de que não sairá decisão alguma do Congresso, se o povo não se mobilizar nas ruas, por toda parte.** Fragmento do discurso proferido pelo deputado Leonel Brizola, na Câmara dos Deputados em 18 de abril de 1963. BRAGA, Kenny; SOUZA, João B. de; DIONI, Cleber; BORGES, Elmar (coord.). *Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014. (Série Perfis Parlamentares; n. 8). p. 580. (grifos nossos)

²⁵ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 93/94.

²⁶ Hillário Fernande Oltramari. 23/04/1964. Processo 6070-1200/98-0.

²⁷ Ney Ortiz Borges. Apud. BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. *Comandos Nacionalistas no interior do Rio Grande do Sul: notas preliminares. Historiae*, v. 5, 2014. p. 79.

²⁸ Hermeto Araujo. Apud. BRANDALISE, HARRES, op. cit. p. 82.

Também em Carazinho, de acordo com Braun, os Grupos de Onze surgiram a partir do PTB, dentro do Centro Cívico João Goulart (mudado posteriormente para Centro Cívico Leonel Brizola) uma ala local do partido. Em entrevista ao autor, Romeu Barleze identificou-se como uma das lideranças que deram início à formação dos Comandos Nacionalistas:

Como isso foi um movimento nacional, nós do Centro Cívico João Goulart formamos a primeira célula dos Onze. O Beba fez um, o José Maria Medeiros fez outra, eu fiz outra e cada um que tinha certa liderança assumia e juntava onze pessoas e formava uma célula. São esses nomes assim que eu me lembro bem, são nomes que posso recordar – José Maria Medeiros, Frederico Beba e eu acho que o Felisbino Barlette. Foram aqueles assim do PTB mais avançados, eram os que lideravam. Outro foi o Quevedo na Vila Floresta, eram operários, trabalhadores, gente comum.²⁹

Esses depoimentos evidenciam o protagonismo do PTB na organização dos Grupos de Onze, tendo, pelo menos, iniciado a sua formação, e a partir destes, novos grupos foram se formando.

Sou brizolista, sou PTB e sou dos Onze!

Apesar de o PTB exercer a Presidência da República, não tinha o poder de efetivar as reformas de base. O Congresso majoritariamente conservador³⁰, não admitia mudar as regras constitucionais para a realização da reforma agrária, que era o centro dos debates. Para Brizola, a questão era mobilização popular e organização. Influenciados pelo sucesso do movimento da Legalidade, Brizola e brizolistas partem para a organização dos Grupos de Onze Companheiros. Pressionar o Congresso a votar favoravelmente às reformas de base, e/ou conseguir um pedaço de terra com a reforma agrária, era um empoderamento que cada membro de Grupo de Onze poderia se sentir imbuído.

O momento político reclamava mobilizações populares. O próprio presidente apoiava manifestações. Goulart compareceu ao I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores

²⁹ Romeu Barleze. Apud. BRAUN, Cláudio Damião. “*Todos contra o PTB*”: disputas políticas no norte do Rio Grande do Sul (1961/1964). Passo Fundo: UPF, 2006. p. 96.

³⁰ As eleições de 1962 modificaram a correlação de forças no Congresso Nacional. O PSD manteve a sua tradicional posição de maior partido, porém o PTB, o partido do presidente, foi o mais votado e passou a ocupar o segundo lugar, suplantando a UDN. Se antes havia uma polarização entre o PSD e a UDN, depois de 1962 ocorreu uma redefinição das alianças e uma maior fragmentação do sistema partidário. Para barrar as reformas, sobretudo a agrária, setores importantes do PSD, por exemplo, alinharam-se à UDN. O PSD, conhecido como o partido do centro, abandonou suas posições mais moderadas e perdeu o papel de amortecedor das crises políticas que o país vinha enfrentando desde o segundo governo Vargas. In: https://epdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_cenario_politico_partidario_do_periodo. Acesso em 20/02/2016. Ver também SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Capítulo VII.

Agrícolas realizado em Belo Horizonte, logo após sua posse³¹. Ademais, ele tinha sido alçado à função em virtude do povo organizado que barrou o movimento golpista em 1961. Povo do Rio Grande do Sul, diga-se! A política era vivenciada no cotidiano, discutida nas esquinas, vizinhos e amigos se reuniam para escutar as palestras de Leonel Brizola. Para D’Aléssio, “fica claro que a ação dos homens se dá na dimensão política da História, no tempo da vida cotidiana, e não no tempo das estruturas, e que a política é o lugar do imprevisível, do acaso, portanto, da liberdade”³².

Na *Requisição para solicitar os benefícios da Lei nº 11.815*, folha inicial dos processos de pedido de indenização por perseguição política, há um item sobre vinculação política, na qual o requerente manifesta suas ligações partidárias ou envolvimento com outras agremiações, como sindicatos, movimento sem-terra, etc., da época. A partir da análise de tais documentos, obteve-se os seguintes dados:

Tabela I – Vinculação política

Partido político ou agremiação		Quantidade	Percentual	
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)		224	50,9%	
Grupo de Onze Companheiros (G11)		57	13,0%	
PTB e Grupo de Onze		84	19,1%	
Grupo de Onze E Outros	G11 e MASTER	2		
	G11 e UGES	1		
	G11 e PC do B	1		
	G11, PTB e MASTER	1		
	G11, PTB e Liga Camponesa	1		
	G11, PTB e PCB	2	8	1,8%
Partido Social Democrata (PSD)		3	0,7%	
Aliança Renovadora Nacional (ARENA)		2	0,5%	
Partido Libertador (PL)		2	0,5%	
Partido de Representação Popular (PRP)		1		
Sindicato dos Empregados do Comércio		1	0,5%	
Não mencionou		2	0,5%	
Sem vinculação partidária		56	12,7%	
Total		440	100,0%	

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados no Catálogo Resistência em Arquivo organizado pelo Arquivo Público do Rio Grande do Sul e nos Processos Indenizados.

A associação com o PTB aparece em 312 processos, ou seja, em 70,9%. Essa predominância do PTB nas vinculações partidárias não é surpresa. O presidente João Goulart era do PTB, Leonel Brizola era do PTB, sem esquecer que Getúlio Vargas, o presidente das Leis Trabalhistas e fundador do partido também era rio-grandense. Desde sua criação, em 1945, o PTB aumentou

³¹ GRYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006. pp. 57-77. p. 63.

³² D’ALESSIO, Márcia Mansor. A dimensão política da história. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (org.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006. p. 20.

constantemente sua representação, sendo que seu programa reformista encontrava adesão junto às classes populares e punha em risco privilégios secularmente constituídos.

Considerando-se que 13,6% declararam a participação nos Grupos de Onze, mas não mencionaram vínculo com o PTB³³ e 12,7% declararam não ter vinculação partidária, observa-se que não havia uma obrigatoriedade de pertencimento ao PTB para a formação dos Grupos. Infere-se que, mesmo declarando não ter nenhum vínculo partidário, havia por parte dessas pessoas uma simpatia a Leonel Brizola, interesses em comuns com o político, que justificavam a adesão aos Comandos Nacionalistas.

Observando que todos os 440 processos se relacionam à prisão ou à perseguição política por algum envolvimento com os Grupos de Onze, pode-se considerar que a adesão aos grupos também sensibilizou pessoas que faziam parte do Partido Social Democrático (PSD), rompendo com a ala majoritária do partido que tinha postura conservadora em relação à mudança na Constituição e à reforma agrária, e partindo para a mobilização aos moldes brizolistas. Curioso é a alegação de pertencimento à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que não existia na época da formação dos grupos e que foi um partido afinado com o autoritarismo da ditadura militar. Igualmente duas pessoas colocaram o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na sua vinculação partidária e foram computados juntos com o PTB. Verifica-se também que as prisões ocorreram principalmente nos meses de abril e maio de 1964, muito antes da decretação do Ato Institucional nº 2 (AI-2)³⁴, que ocorreu em outubro de 1965 e estabeleceu o bipartidarismo, indicando alguma dificuldade de lembrar o ocorrido com detalhes e alguma confusão em relação à temporalidade.

O Partido Comunista (PC), apesar de estar na ilegalidade desde 1947, atuava politicamente através de infiltração nos sindicatos, nas agremiações estudantis e também no PTB. Aparecem três processos que mencionam ligações com os Grupos de Onze, PTB e também com partidos comunistas, no caso, dois com o PC e um com o PC do B. Demonstrariam maior participação e possivelmente, maior grau de consciência política. Entretanto, na denúncia feita à 3ª Auditoria da 3ª Região Militar relativo a um organizador de Grupo de Onze em Santo Ângelo, “comunista confesso” e petebista, consta que:

O indiciado revelou-se comunista praticante, talvez um pouco pela sua ignorância, talvez pela verdadeira adoração que tem pelo Sr. Luiz Carlos Prestes, com quem trabalhou no

³³ Computou-se os 57 que alegaram pertencer aos Grupos de Onze, 2 que pertenciam ao Grupo de Onze e ao MASTER e 1 que pertencia ao Grupo de Onze e à UGES, num total de 60 processos, ou seja, 13,6%.

³⁴ O Ato Institucional nº 2 foi assinado no dia 17 de outubro de 1964. Entre outras medidas, extinguiu todos os partidos políticos então existentes. Novos partidos seriam constituídos segundo as rígidas condições fixadas no Estatuto dos Partidos de 15 de junho de 1965. Era a repressão associada às novas formas de controle eleitoral. Os vários partidos de oposição associaram-se pra formar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O partido de apoio ao governo foi denominado Aliança Renovadora Nacional (ARENA). ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil* (1964-1984). Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 114-115.

Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, quando o Sr. Luiz Carlos Prestes era Capitão. Dizem que o presidente do extinto Partido Comunista do Brasil tem uma palestra bastante convincente, e não precisaria muito para incutir numa pessoa inculta como é o indiciado, as ideologias Comunistas³⁵.

O indiciado era um senhor de mais de 70 anos de idade, sendo que o próprio capitão encarregado do Inquérito Policial Militar reconhecia que não tinha características revolucionárias, utilizando a palavra “ignorância” e “inculto” para se referir a ele. Admirador de Prestes, dizia-se comunista e atuou formando dois Grupos de Onze, necessitando ser preso por sua ação perniciosa na sociedade.

Organizei o Grupo de Onze por minha livre e espontânea vontade

Os partidários do PTB que se identificavam com os ideais brizolistas passaram a formar grupos nas comunidades onde atuavam, mas não era necessário ser um militante do PTB ou receber ordens do partido para arregaçar as mangas e sair organizando Grupos de Onze. Foram encontrados depoimentos de agricultores, alguns analfabetos ou semianalfabetos, que, vivendo em áreas rurais de difícil acesso, seguiram as orientações do líder sem qualquer questionamento. Houve grupos formados espontaneamente, de pessoas que após ouvir Leonel Brizola falando no programa de rádio, pegaram o cavalo e foram de casa em casa, andando por quilômetros, para convidar vizinhos e conhecidos para fazer parte do grupo. Onze pessoas admitem ter tomado a iniciativa para a organização dos grupos. Pedro Pinho Mendes, de São Valentim, relatou no IPM, em 1964:

QUE, ouviu através da Estação de Rádio Mayrink Veiga, os apelos do ex-deputado LEONEL DE MOURA BRIZOLA para que se organizassem em “GRUPO DE ONZE”; que em vista dos apelos, o declarante resolveu organizar uma lista com onze assinaturas [lista dos nomes] todos agricultores residentes em Votouro, sendo que foi o próprio declarante quem foi colher as assinaturas, de casa em casa, fazendo esse itinerário a cavalo [...]³⁶

Essa atitude também foi tomada por Dorvalino Lunardi, de Lagoa Vermelha:

[...] simpatizante do sr. Leonel Brizola, seguidamente ouvia pela Rádio Mayrinck (sic.) Veiga, do Rio de Janeiro, solicitação no sentido que se organizassem em “Grupos de Onze” [...] o declarante por sua livre e espontânea (sic.) vontade, sem pedir parecer a quem quer que fosse, elaborou oito cartas compromissos [...]³⁷

Antônio Siqueira Cortês, de São Valentim, relatou que

³⁵ Henrique Pires de Arruda. Processo 4743-1200/98-6.

³⁶ Pedro Pinho Mendes. 29/04/1964. Processo 2569-1200/02-0

³⁷ Dorvalino Lunardi. 26/06/64. Processo 2845-1200/98-5

[...] acompanhado por ABEL CAMPAGNOLO, agricultor residente na mesma zona, fez uma lista do GRUPO DE ONZE e ficou Chefe daquele Grupo, [...]QUE, aí o declarante saiu pela colônia (sic.), a pé, conseguindo assinaturas diversas e completando o Grupo dos Onze; [...] QUE, pretendiam com isso pedir as reformas e auxílios de terra, QUE, ninguém mandou o declarante proceder a essa lista [...] QUE, o declarante informa que assim procedeu em vista dos apêlos (sic.) de Brizola, pela Rádio Mayrink Veiga [...].³⁸

Italo Baccin, de Campinas do Sul, ao explicar o motivo de ter organizado um grupo, declarou que “liderou esse movimento porque achava que seria uma coisa boa”. Afirmou que fez isso atendendo os apelos feitos pelo deputado federal Leonel Brizola no seu programa de rádio.³⁹

As listas com os nomes dos integrantes dos grupos, enviadas à Mayrink Veiga, eram divulgadas dando a entender que havia grupos organizados em todo o Brasil, prontos para a luta armada. A rapidez na formação desses grupos foi assustadora (aos militares principalmente e não menos nas classes dominantes), tão grande era o prestígio de Brizola ante a população. Em apenas três meses, foram formados 5.304 grupos, num total de 58.344 pessoas, distribuídas particularmente pelos Estados do Rio Grande do Sul, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo – número apresentado em vários sites da internet⁴⁰, sem indicação de fontes. A quantidade mostra-se de difícil comprovação, tendo em vista que a documentação é parcial, devido à destruição dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e da Rádio Mayrink Veiga, bem como ao anonimato de grupos formados e não haviam enviado suas listas. Brizola assegurou que chegaram a se formar 24 mil grupos de onze em todo país⁴¹, já Paulo Schilling, que era assessor direto de Leonel Brizola, afirmou que se formaram de 30 a 40 mil grupos.⁴² Por sua vez, Neiva Moreira, secretário da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) apresentou um número muito maior: de 60 a 70 mil Grupos de Onze constituídos até 31 de março de 1964⁴³. Isso era suficiente para acirrar ainda mais os já exacerbados ânimos dos militares e da burguesia que intensificaram a campanha anticomunista, pois a alta oficialidade militar acreditava que, pela ação de Brizola e seus Grupos de Onze e também pelas organizações esquerdistas em luta pelas reformas de base, a guerra revolucionária já estava em curso no Brasil. Entretanto, isso era mais alarde do que fato.

³⁸ Antonio Siqueira Cortês. 30/04/64. Processo 6594-1200/98-6

³⁹ Italo Ambrozio Bacin. 18/04/1964. Processo 4609-1200/98-7.

⁴⁰ Esse número foi encontrado nos seguintes sites: https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupos_dos_Onze; <https://sideropolis.wordpress.com/sideropolis-a-ditadura-e-o-grupo-dos-onze>; <http://www.ternuma.com.br/index.php/biblioteca/317-os-incriveis-exercitos-de-brizoleone>. Acesso em 15/02/2014 e 14/05/2016. Número semelhante é apontado por Hermeto Araujo – vereador e prefeito pelo PTB – apenas para o estado do Rio Grande do Sul: “Ao todo foram criados uns cinco mil e poucos em todo o Rio Grande do Sul, com quase sessenta mil pessoas filiadas em todo Rio Grande”. ARAUJO apud BRANDALISE, HARRES, op. cit. p. 82.

⁴¹ Você conhece Brizola? *Coojornal*, fev. 1981.

⁴² SCHILLING, op. cit. p.243

⁴³ MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. p. 141.

Fui convidado

Os requerentes à indenização por perseguição política, em 15 processos, afirmam ter assinado a lista dos Grupos de Onze Companheiros a convite de um conhecido ou amigo. As relações de amizade e parentesco influenciaram nas escolhas e na definição de posições no período. Conforme Marieta de Moraes Ferreira, pelo retorno do político e revalorização do papel do sujeito, o estudo dos processos de tomada de decisão foi estimulado, pois os arquivos escritos dificilmente deixam transparecer os tortuosos meandros dos processos decisórios e muitas decisões são tomadas por meio da comunicação oral, das articulações pessoais, daí a importância da História Oral.⁴⁴ No caso em estudo, recorreu-se aos arquivos, visto que os depoimentos orais já foram transcritos e fazem parte dos processos consultados.

Nas áreas rurais, muito mais que nas áreas urbanas, as redes de solidariedade são cultivadas e são vitais para o estabelecimento da identidade local, sendo que os laços afetivos entre vizinhos, compadres, comerciantes e agricultores, donos de terra e empregados, ultrapassam o nível do econômico, as barreiras sociais e funcionam como estratégia de sobrevivência. É comum ouvir nas áreas rurais que “o primeiro vizinho é mais que um irmão”⁴⁵, pois é a ele que se recorre em momentos de necessidade. Da mesma forma, é normal a compra no comércio local anotando na “caderneta” para se pagar no final do mês, baseados na confiança entre as partes.

Respaldados pelas redes de amizade e afinidade política muitos assinaram as listas dos grupos. Nesse sentido, João Kielbovitz informou em seu depoimento que “foi procurado por Alfonso José de Vargas para assinar a ata do grupo dos 11, que assinou a pedido desse seu visinho (sic.), o qual era o Presidente do Grupo”⁴⁶. José Bobco afirmou que “foi procurado por seu conhecido Carlos Colognesi, que pediu ao declarante que assinasse em uma lista, que é (sic.) do Grupo dos Onze”.⁴⁷ Divo Ayres Torres asseverou “ter sido procurado por Lido Oltramari para assinar a lista do Grupo dos Onze, que assinou por consideração, que achando que ele era um homem mais esclarecido não poderia lhe prejudicar e assinou na confiança dele”.⁴⁸ Gentil Fernandes Folador recebeu de seu irmão, que morava em Porto Alegre, o folheto para a organização dos referidos grupos.⁴⁹

⁴⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.); ABREU, Alzira Alves de ... [et al]. *ENTRE-VISTAS: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.7.

⁴⁵ Fala ouvida pela autora, de parentes que moram em áreas rurais.

⁴⁶ João Kielbovitz. 14/05/1964. Processo 4608-1200/98-4.

⁴⁷ José Bobco. 16/04/64. Processo 2876-1200/02-9.

⁴⁸ Divo Ayres Torres. 30/04/1964. Processo 5274-1200/98-0.

⁴⁹ Gentil Fernandes Folador. 24/04/64. Processo 4736-1200/98-2.

A assinatura nas listas a partir do convite de um amigo, vizinho ou parente está aliada à admiração a Leonel Brizola, à alguma militância no PTB e ao desejo de obter benefícios ou terras. Dos 15 processos que apresentam essa motivação para ter assinado a lista dos grupos, 12 afirmaram ter pertencido ao PTB, um ao MDB, um citou ligação apenas ao Grupo de Onze e apenas um alegou que não tinha vinculações partidárias. No IPM instaurado em Jaguari, foi enquadrado Francisco Paulo Locateli, o qual declarou “que foi convidado pelo companheiro e amigo Arlindo Vencato, para participar do Grupo dos 11, Que aceitou e assinou na lista como componente do grupo”.⁵⁰ No ofício enviado ao diretor do DOPS em 3 de junho de 1964, o delegado de polícia relata sobre os indiciados: “Todos êles (sic.) afirmam que votavam ou pertenciam ao Partido Trabalhista Brasileiro, sem intenção subversiva”.⁵¹ A declaração referia-se a treze acusados de envolvimento com os Grupos de Onze.

Essa afirmativa de que assinatura nas listas dos Comandos Nacionalistas foi pelo convite e/ou pedido de amigos ou conhecidos se conecta com o depoimento das pessoas que tomaram a iniciativa de formar os Grupos de Onze e, ancorados em suas articulações pessoais, saíram em busca de pessoas para compor a lista, como refere Helmuth Pedro Nottar. O agricultor petebista, ouvindo no rádio os apelos de Brizola, “tratou de falar com alguns companheiros seus para fundar o referido Grupo”.⁵² Com isso, sentiam-se novamente, como Felizardo explicou em relação à Legalidade, sendo participantes, não mero expectadores dos fatos históricos.⁵³ A participação política através dos Grupos de Onze era uma organização poderia influenciar o processo de tomada de decisões governamentais e promover as reformas, principalmente a agrária, proporcionando ganhos pessoais.

Considerações finais

Os Grupos de Onze foram um fenômeno popular que impressionou pela ampla adesão que obtiveram. Essa participação reflete o momento político vigente no país no início dos anos 1960, em que havia uma intensa atuação de movimentos sociais em prol de direitos sociais e políticos. Vindo de encontro às aspirações populares e necessidades seculares do país, o PTB, que encampara as reformas de base, crescia numericamente e detinha a presidência do país. Apesar disso, não

⁵⁰ Francisco Paulo Locateli. 03/06/1964. Processo 7054-1200/98-5.

⁵¹ Idem.

⁵² Helmuth Pedro Nottar. 29/04/64. Processo 4734-1200/98-7.

⁵³ FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ufrgs, MEC/Sesul/Proedi, 1988, p. 20.

conseguia efetivar as reformas de base devido à oposição no Congresso e à organização de parte da sociedade que as consideravam comunizantes, especialmente a reforma agrária.

Leonel Brizola, líder regional do PTB, era seguido e admirado por milhares de pessoas, especialmente após sua atuação no episódio da Legalidade. Sua gestão como prefeito de Porto Alegre e como governador do estado havia conquistado a confiança de grande parcela da população. Sua origem humilde, seu hábito de falar diretamente à população através de programas de rádio, sua atenção aos problemas sociais e sua coragem, geraram grande admiração pelo político, sendo que dentro do partido surge uma ala brizolista, ou seja, muitos são seguidores de Brizola, não de João Goulart ou do programa do partido. Quando ele deixa o governo do estado e assume como deputado federal pela Guanabara, continua sendo acompanhado por seus admiradores e, seu programa na Mayrink Veiga, ouvido por milhares de pessoas. Brizola representava no momento a liderança para onde convergiam os anseios de mudança e, com sua retórica inflamada e agressiva, representava, a ala esquerdista radical. Essa admiração por Leonel Brizola permeia todos os depoimentos dos envolvidos com os Grupos de Onze Companheiros.

No Rio Grande do Sul, assim como no restante do país, havia forte mobilização em torno das reformas de base, sendo que, no entendimento geral, as iniciativas de reforma agrária feitas por Brizola no seu período de governo mostraram a possibilidade de sua efetivação, ao mesmo tempo que a Legalidade expos a força do povo organizado. E, a conjuntura política parecia propícia à realização da reforma agrária, visto que as reformas de base foram lançadas pelo próprio presidente do país – que era rio-grandense e líder nacional do PTB. Assim, quando o herói da Legalidade chamou o povo à organização, pois somente com organização popular se conseguiria forçar os conservadores a aceitar essas mudanças, esse chamado foi atendido. Milhares de Grupos de Onze Companheiros foram organizados, seja a partir dos diretórios regionais do PTB ou de forma espontânea, por admiradores de Brizola, militantes do PTB ou simpatizante ao partido, conforme demonstram os depoimentos. Houve uma relação da militância partidária com formação dos Grupos de Onze, visto que em 70,9% dos 440 processos analisados os requerentes à indenização dizem estarem vinculados ao PTB.

Mobilizar-se pela posse de João Goulart, na Legalidade, ser do PTB, ouvir o programa de Brizola, atender seus apelos e participar dos Grupos de Onze Companheiros são decisões políticas. A política, no início dos anos 1960, não estava restrita a grupos privilegiados, era vivenciada no cotidiano e havia o imaginário de que o povo organizado poderia influenciar o Congresso na votação das reformas de base. Já tinham tido prova disso por ocasião da Legalidade e consideraram ser hora de fazer valer a força do povo.

Bibliografia

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Interfaces do político: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2015.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil* (1964-1984). Bauru, SP: Edusc, 2005.

BARROS, José D'Assunção. História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. In: <http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/histoc81ria-policc81tica-dos-objetos-tradicionais-ao-estudo-dos-micropoderes-do-discurso-e-do-imaginacc81rio.pdf>.

BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde estão os Grupos de Onze: Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS*. Passo Fundo: UPF, 2005.

BRAGA, Kenny; SOUZA, João B. de; DIONI, Cleber; BORGES, Elmar (coord.). *Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014. (Série Perfis Parlamentares; n. 8).

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. Comandos Nacionalistas no interior do Rio Grande do Sul: notas preliminares. *Historiae*, v. 5, 2014.

BRANDO, Nova Marques...[et.al.]. *Catálogo Resistência em Arquivo: memórias e história da ditadura no Brasil*. Porto Alegre: CORAG, 2014.

BRAUN, Cláudio Damião. *“Todos contra o PTB”*: disputas políticas no norte do Rio Grande do Sul (1961/1964). Passo Fundo: UPF, 2006.

BRIZOLA, Leonel de Moura. *Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*. Acervo de folhetos do Centro de Documentação sobre AIB e PRP – Guia de Fontes – 47. p.1.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Ijuí: Unijuí, 1999.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. A dimensão política da história. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (org.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-64*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ufrgs, MEC/Sesul/Proedi, 1988.

FERREIRA, Jorge. Panfleto - as esquerdas e o "jornal do homem da rua". *Varia hist.* vol.26 no.44 Belo Horizonte July/Dec. 2010. In: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752010000200014>. Acesso em: 18/04/2014.

_____ *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.); ABREU, Alzira Alves de ... [et al]. *ENTRE-VISTAS: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. pp. 1-14.

GRYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006. pp. 57-77.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. pp. 180-196.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp. 441-450.

SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979.
v.1.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro:
Paz e Terra, 1982.

Fontes

Processos de Pedido de Indenização por Perseguição Política – Arquivo Público do Rio Grande do
Sul. Porto Alegre, RS.